

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Brigadeiro

CNPJ nº 61.699.567/0024-89

Nota do Administrador

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Brigadeiro** que integra a S.P.D.M.. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente da S.P.D.M.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, **Hospital Brigadeiro**, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28.02.2014. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
Ativo Circulante	26.438.734,52	21.689.329,23	Passivo Circulante	26.399.616,48	21.684.329,23
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4.1)	358.788,57	1.571.583,68	Fornecedores	4.039.121,58	3.762.342,15
Bancos conta movimento	40.354,68	175.453,99	Serviços de Terceiros P. Física/Jurídica	1.312.895,90	1.010.463,21
Aplicações Financeiras (Nota 4.2)	318.433,89	1.396.129,69	Salários a pagar	3.470.463,88	3.072.592,03
Cientes	19.233.806,33	14.708.772,06	Contribuições a recolher	899.402,85	728.880,82
Vals. em Negociação - Contrato/Convênio	10.901.700,15	8.418.870,43	Provisão de férias (Nota 4.6)	4.965.974,13	4.321.137,65
Provisão de Desp. Rescisão de Contrato	8.332.106,18	6.289.901,63	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 4.6)	397.277,93	345.691,01
Outros Créditos	409.382,66	446.771,21	Provisão de despesas c/quitações (Nota 4.7)	8.332.106,18	6.289.901,63
Adiantamentos a fornecedores	0,00	115.184,40	Impostos a recolher	1.354.585,09	0,00
Antecipações salariais	3.312,08	1.267,99	Obrigações Tributárias	96.465,67	144.088,76
Antecipação de férias	333.039,64	308.863,24	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03	66.321,18	14.577,60
Outros créditos e adiantamentos	59.372,94	21.455,58	Acordo Trabalhista a pagar	85.500,00	0,00
Depósito judicial	13.658,00	0,00	Outras contas a pagar	1.323.593,81	823.548,57
Despesas Pagas Antecipadamente	4.657,40	3.708,54	Recebimento de materiais de terceiros	55.908,28	0,00
Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 13)	4.657,40	3.708,54	Passivo não Circulante	16.357.144,65	6.155.378,22
Estoques	6.432.099,56	4.958.493,74	Provisão de Despesa Proc. Cíveis (Nota 4.10)	38.900,00	5.000,00
Hospital Brigadeiro (Nota 4.4)	6.432.099,56	4.958.493,74	Prov. de Despesa Proc. Trabalhistas (Nota 4.10)	218,04	0,00
Ativo não Circulante	16.318.026,61	6.150.378,22	Obrigações - Bens Móveis de terceiros	24.126.603,48	7.433.526,32
Ativo Imobilizado-Bens de Terceiros (Nota 5)	16.318.026,61	6.150.378,22	Aj. vida útil econ.-Bens Móveis de terceiros	(7.808.576,87)	(1.283.148,10)
-Bens Móveis	16.318.026,61	6.150.378,22	Total do Passivo	42.756.761,13	27.839.707,45
Hospital Brigadeiro	24.126.603,48	7.433.526,32	Patrimônio Líquido	0,00	0,00
Aj.vida útil-bens terc.-H.Brigeiro (Nota 12)	(7.808.576,87)	(1.283.148,10)	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	42.756.761,13	27.839.707,45
Total do Ativo	42.756.761,13	27.839.707,45	Contas de Compensação	25.380.807,67	10.342.492,58
Contas de Compensação	25.380.807,67	10.342.492,58	Operações c/Bens/Mercadorias - Terceiros	25.380.807,67	10.342.492,58
Operações c/Bens/Mercadorias - Terceiros	25.380.807,67	10.342.492,58	Mercadorias recebidas	1.254.204,19	2.922.516,06
Mercadorias de terceiros	1.254.204,19	2.922.516,06	Bens recebidos	24.126.603,48	7.419.976,52
Bens recebidos	24.126.603,48	7.419.976,52	Total das Compensações Passivas	25.380.807,67	10.342.492,58
Total das Compensações Ativas	25.380.807,67	10.342.492,58			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 7) - Valores em Reais

Descrição	Nota	Patrimônio social	Reservas Reavaliação	Avaliação Patrimonial	Superávit ou Déficit Acumulado	Superávit ou Déficit	Total
Saldo 31/12/2011		0,00	0,00	0,00	2.328.606,83	(4.920.837,14)	(2.592.230,31)
Incorporação ao Patrimônio Social	7				(4.920.837,14)	4.920.837,14	(4.920.837,14)
Transferência de Patrimônio							
Realização da Reserva de Reavaliação							
Ajustes de Exercícios Anteriores	7			0,00	2.592.230,31		2.592.230,31
Ajuste de Avaliação Patrimonial				0,00			0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício						0,00	0,00
Saldo 31/12/2012		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social							
Transferência de Patrimônio							
Realização da Reserva de Reavaliação							
Ajustes de Exercícios Anteriores				0,00			0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial				0,00			0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício	8					0,00	0,00
Saldo 31/12/2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 - Valores em Reais

1. Contexto Operacional: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Brigadeiro** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1 - Características da Unidade Gerenciada:** O Hospital Brigadeiro é referência para as especialidades de Hematologia (Transplante de Medula Óssea), Nefrologia (Transplante Renal), Hepatologia (Transplante Hepático), Oftalmologia de Alta Complexidade (Transplante de Córnea) e especialidades como Neurologia (Epilepsia e Mal de Parkinson, Tumores de Hipófise) e Urologia (Centro de Referência do Homem). Inaugurado em 25 de Janeiro de 1954, o Hospital Brigadeiro-UGA V pertencente ao I.A.P.C. (Instituto de Aposentadoria e Previdenciário dos Comerciantes) até a fusão dos institutos de previdência, quando passou a ser administrado pelo INAMPS, para atendimento restrito a pacientes previdenciários. Em 1988 a gestão passou a ser do Governo do Estado de São Paulo, como integrante do SUS/SP. Em janeiro de 2010 a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS), venceu o processo de convocação pública para o gerenciamento do Hospital Brigadeiro. A SPDM contribui de forma decisiva para o desenvolvimento de um modelo de gestão que propicie a cultura da qualidade, o respeito ao bem público, o desenvolvimento das pessoas e a valorização dos usuários. No ano de 2013 a instituição recebeu R\$ 116.028.300,00 (cento e dezesseis milhões, vinte e oito mil e trezentos reais) de repasse da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo aplicados na gestão e custeio do Hospital. **2 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2.1 - Requisitos para imunidade tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25 XIX e art. 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (art. 19 V do Estatuto Social). **2.2 - Isenção Tributária e característica da isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do des-

cumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3 - Requisitos para manutenção da isenção tributária:** A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009 estabelece em seu art. 29 e incisos que a entidade beneficiária certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao art. 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **3 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2013, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **3.1 - Razão Social da Unidade Gerenciada:** **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Brigadeiro** - Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2651 - Jardim Paulista. São Paulo - SP CEP 01401-901, CNPJ nº

28.02.2014. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo das Demonstrações dos Resultados Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Receita Bruta de Serviços Prestados	2013	2012
com Restrições - Afiliadas	118.511.129,72	103.496.514,35
Secretaria de Saúde do Estado	118.511.129,72	103.496.514,35
Outras Receitas	0,00	6.127,90
(=) Receita Líquida de Serviços Prestados com Restrições - Afiliadas	118.511.129,72	103.496.514,35
(+) Outras Receitas com Restrições - Afiliadas	20.536.271,27	17.274.618,54
Outras Receitas	6.599,00	0,00
Descontos Recebidos	20.450,21	6.344,43
Financeiras	328.700,05	278.364,76
Doações Recebidas (Nota 6.2)	97.386,04	565,82
Isenção usufruída - INSS Serv. Próprios (Nota 2)	15.588.566,44	13.509.987,36
Isenção usufruída - INSS Serv. Terceiros (Nota 2)	926.880,44	541.690,78
Isenção usufruída - COFINS (Nota 2)	3.555.333,89	2.937.665,39
Trabalho Voluntário	12.355,20	0,00
(=) Receita Líquida com Restrições - Afiliadas	139.047.400,99	120.771.132,89
(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições - Afiliadas	93.734.684,55	82.856.755,86
(-) Serviços - Pessoal Próprio	53.258.734,02	46.228.405,76
(-) Serviços - Terceiros P. Física	0,00	39,80
(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	5.838.762,10	6.895.435,22
(-) Manutenção e Conservação	3.494.486,27	283.038,81
(-) Mercadorias	31.075.898,59	29.364.077,74
(-) Financeiras	182,87	5.709,37
(-) Outras Despesas	63.586,59	79.860,50
(-) Tributos	3.034,11	188,66
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições - Afiliadas	45.312.716,44	37.914.377,03
(-) Despesas Operacionais com Restrições - Afiliadas	25.229.580,47	20.924.880,50
(-) Serviços - Pessoal Próprio	11.609.323,10	10.620.518,89
(-) Serviços - Terceiros P. Física	4.634.401,72	4.675.356,61
(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	4.768.273,68	3.001.641,02
(-) Manutenção e Conservação	1.918.303,86	1.843.839,87
(-) Mercadorias	1.714.405,55	258.566,80
(-) Financeiras	181.698,14	171.079,34
(-) Outras Despesas	4.788,00	7.220,55
(-) Tributos	398.386,42	346.657,42
(+) Outras Desp. c/Restrições - Afiliadas	20.083.135,97	16.989.496,53
(-) Isenção usufruída - INSS Serv. Próprios (Nota 10.1)	15.588.566,44	13.509.987,36
(-) Isenção usufruída - INSS Serv. Terceiros (Nota 10.2)	926.880,44	541.690,78
(-) Isenção usufruída - COFINS (Nota 10.3)	3.555.333,89	2.937.665,39
(-) Trabalho Voluntário (Nota 11)	12.355,20	0,00
(-) Outras Despesas	0,00	153,00
(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições - Afiliadas	0,00	0,00

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	dez/13	dez/12
Resultados do exercício/periódico	0,00	0,00
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	0,00	0,00
Resultado na venda de ativos permanentes	0,00	0,00
Ajuste nas contas patrimoniais	0,00	2.592.230,31
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(4.488.594,58)	(12.885.077,87)
(Aumento) Redução em estoques	(1.417.697,54)	1.972.300,54
Aumento (Redução) em fornecedores	509.768,61	197.252,54
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	4.183.728,40	8.179.874,31
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	10.167.648,39	(265.465,73)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	8.954.853,28	(208.885,90)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Compras de imobilizado	0,00	0,00
(-) Adição de Bens de Terceiros	(10.167.648,39)	265.465,73
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(10.167.648,39)	265.465,73
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	0,00	0,00
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	0,00	0,00
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas disponibilidades	(1.212.795,11)	56.579,83
No início do período	1.571.583,68	1.515.003,85
No final do período	358.788,57	1.571.583,68

Comparativo da Demonstração do Valor

61.699.567/0024-89. 3.2 - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002). **4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	R\$	
	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e Saldos em Bancos	40.354,68	175.453,99
Aplicação Financeira de Curto Prazo	318.433,89	1.396.129,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	358.788,57	1.571.583,68

4.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. **4.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.4 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2013 é de **R\$ 6.432.099,56**. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16)).

	Valores em Reais	
	31.12.2013	31.12.2012
Materiais utilizados no setor de Nutrição	141.152,38	50.372,78
Materiais utilizados no setor de Farmácia	2.121.049,93	2.291.860,73
Materiais de Almoarifado	4.088.867,30	2.584.700,54
Empréstimos a Terceiros	81.029,95	31.559,69
Total	6.432.099,56	4.958.493,74

4.5 - Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.6 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.7 - Provisão para rescisão de contratos:** Conforme nota explicativa, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões para rescisões de contrato. **4.8 - Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.9 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.10 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processo administrativo e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2013 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de **R\$ 324.000,00**. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2013, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou

a **R\$ 1.308.862,10**. **4.11 - Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5 - Imobilizado:** O imobilizado da SPDM é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos com recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 31 de dezembro de 2013

	Posição em 31/12/2012	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2013
Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Móveis	7.433.526,32	16.693.077,16		- 24.126.603,48
Apar. Equip. Utens. Méd. Odont. Lab.	4.994.540,52	13.650.853,28		- 18.645.393,80
Equip. Processamento de Dados	97.127,00	111.365,27		- 208.492,27
Mobiliário em Geral	1.060.133,14	2.432.518,25		- 3.492.651,39
Máq. Utens. e Equip. Diversos	1.154.503,70	91.581,06		- 1.246.084,76
Veículos de Tração Mecânica	-	326.133,03		- 326.133,03
Apar. e Equip. Comunicação	3.450,00	5.632,00		- 9.082,00
Apar. e Utens. Domésticos	34.261,96	67.076,27		- 101.338,23
Equip. p/Audio				
Video, e Foto	89.510,00	7.918,00		- 97.428,00
				Taxa anuais médias
	Posição em Baixa	Ajustes no Exercício	Posição em Ajustes	%
	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2013	

Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros - Bens Móveis (1.283.148,10) - (6.525.428,77) (7.808.576,87)

Apar. Equip. Utens. Méd. Odont. Lab.	(788.583,73)	- (5.213.605,66)	(6.002.189,39)	10%
Equip. Processamento de Dados	(35.320,98)	- (50.930,05)	(86.251,03)	10%
Mobiliário em Geral	(209.146,46)	- (998.432,41)	(1.207.578,87)	10%
Máquinas Utens. e Equip. Diversos	(223.460,61)	- (122.015,34)	(345.475,95)	10%
Veículos de Tração Mecânica	-	- (125.017,16)	(125.017,16)	20%
Aparelhos de Equip. Comunicação	(517,50)	- (2.060,59)	(2.578,09)	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(4.436,08)	- (3.965,34)	(8.401,42)	10%
Equip p/Audio Video e Foto	(21.682,74)	- (9.402,22)	(31.084,96)	10%

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2013

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". O valor das aquisições adquiridos com os recursos do contrato de gestão no ano de 2013 totalizaram R\$ 2.255.592,77 enquanto que o total de R\$ 14.437.484,39 foi concedido pela Secretaria da Saúde para SPDM utilizar no atendimento aos pacientes, mediante Termos de Permissão de Uso de Bens Móveis, equipamentos médico-hospitalares e equipamentos de informática, e de Veículos, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **6 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **6.1 - Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores recebidos diretamente pela Entidade para os quais o uso é restrito, representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais recebidas. Os valores recebidos diretamente pela Entidade através do Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 001.0500.000.163/2012 representaram no ano de 2013, 100% do total das receitas operacionais. **6.2 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2013 a Instituição recebeu em doações um total de **R\$ 97.386,04**, enquanto que em 2012 foi de **R\$ 565,82**. **6.3 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2013, a Associação recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0024-89	
Convênios/Contratos	R\$
T.A. - 01/2013 CONTRATO 001.0500.000.163/2012	113.028.300,00
T.A. - 02/2013 CONTRATO 001.0500.000.163/2012	3.000.000,00

7 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido no balanço anterior, de

acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas do ano, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, à contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". **8 - Resultado do Exercício:** Em virtude da aplicação da Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição para aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. **9 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Art. 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Hospital Brigadeiro apresentou nesta unidade a seguinte produção:

Tipo de Atendimento	Total
Número de Consultas Ambulatorio	116.199
Número de Consultas PA	21.224
Hospital Dia / Cirurgia Ambulatorial	1.767
SADT Externo	2.752
Número de Internações	6.979
Pacientes-dia	40.784
Medicamentos Distribuídos	764.771

10 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22 de junho 2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam R\$ 20.083.135,97. **10.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2013, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 15.588.566,44. Em 2012, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 13.509.987,36. **10.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2013 atingiu um montante de R\$ 926.880,44. Em 2012 o referido valor de receita totalizou R\$ 541.690,78. **10.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2013 foi de R\$ 3.555.333,89. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2012, esse montante foi de R\$ 2.937.665,39. **11 - Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2013 correspondeu a R\$ 12.355,20. **12 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dívida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **13 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **14 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.
Dr. Otávio Monteiro Becker Junior - Diretor Técnico
Mona Irene da Rocha - Contadora - CRC 1MA 006470/O-5 T-SP

Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2013 - Produção Assistencial

Linhas de Contratação	Contratado 2013	Realizado 2013	Linhas de Contratação	Contratado 2013	Realizado 2013	Resultado Contábil	Receitas 2013	Despesas 2013
Internação	5.820	6.979	Urgência/Emergência	16.800	21.224		139.047.400,99	139.047.400,99
Hospital-Dia	1.620	1.767	SADT Externo	1.932	2.752			
Ambulatório	114.480	116.199	Total	140.652	148.921			

Ata da 17ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Data, Horário e Local: Ao 15º dia do mês de abril de dois mil e quatorze, às 09h, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Ana Luísa Hoffling Lima, Paulo Bandeira Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Herclício Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados:** Superintendentes: Profs. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur e Dr. Anderson Viar Ferraresi. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários

sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2013 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembléia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storpólpi (HMVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso

de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odemelo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas

Continuação (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Uni-

dade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2013. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. Ana Luísa Hofling Lima, Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo, Dr. Maria Inês Dolci.

tro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 23 de abril de 2014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M..

Parecer da Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
Parecer da Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro 2013, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storopoli (HMVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho

Florence de São José dos Campos (HMCJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade de Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Cen-

clínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 14 de Abril de 2014. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro, Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla, Prof. Dr. João Toniollo Neto, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Profa. Dra. Ruth Guinsberg, Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.

Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storopoli (HMVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMCJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas

(CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Poli-

clínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 14 de Abril de 2014. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro, Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla, Prof. Dr. João Toniollo Neto, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Profa. Dra. Ruth Guinsberg, Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.

Relatório dos Auditores Independentes - A Diretoria. 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Brigadeiro, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **3) Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e

que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **4) Opinião sobre as demonstra-**

ções contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Brigadeiro em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 01 de abril de 2014. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador - CT-CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

Suloste Participações Rodoviárias S/A.

CNPJ/MF: 02.725.065/0001-20
Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, das Mutações nas contas do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa dos Recursos, acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao exercício de 2013. Permanecemos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 22 de abril de 2014. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial - (Valores em R\$)				Demonstração do Resultado do Exercício - Valores em R\$			
Ativo	Nota Explicativa	31/12/2013	31/12/2012	Passivo	Nota Explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Circulante		321.153	794.806	Passivo Circulante		2.080	1.855.176
Bens Numerários		2.910	3.767	Contas a Pagar		1.551	1.848.082
Banco Conta Movimento		10	10	Obrigações Sociais e Trabalhistas		-	6.015
Aplicações Financeiras		315.930	788.785	Obrigações Tributárias		529	1.079
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	318.850	792.561	Débitos Sociais e Tributários		529	7.094
Impostos a Recuperar		1.827	1.769	Passivo Não Circulante		1.747.245	677.414
Despesas Antecipadas		475	475	Partes Relacionadas	5	1.747.245	677.414
Ativo Não Circulante		4.140.328	6.039.155	Patrimônio Líquido		2.712.156	4.301.372
Realizável a Longo Prazo		549.562	549.562	Capital Social	7	16.000.000	16.000.000
Partes Relacionadas	5	549.562	549.562	Prejuízos Acumulados		(13.287.844)	(11.698.628)
Investimentos		3.590.766	5.489.594	Total		4.461.481	6.833.961
291 Participações S/A	6	342.667	849.451				
Ágio S/ Investimento		3.248.100	4.640.143				
Imobilizado		14.453	14.453				
(-) Depreciação Acumulada		(14.453)	(14.453)				
Total		4.461.481	6.833.961				

Demonstração das Mutações nas Contas do Patrimônio Líquido
Valores em R\$

Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 01/01/2012	16.000.000	(7.765.039)	8.234.961
Resultado Líquido do Exercício	-	(3.933.590)	(3.933.590)
Saldo Final em 31/12/2012	16.000.000	(11.698.628)	4.301.372
Resultado Líquido do Exercício	-	(1.589.216)	(1.589.216)
Saldo Final em 31/12/2013	16.000.000	(13.287.844)	2.712.156

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013.
Em valores de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto Operacional: A sociedade tem por objeto a realização, sob regime de concessão de serviços públicos, da exploração de malhas rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio, compreendendo também, o melhoramento, a manutenção, a ampliação e a operação das mesmas e ainda participações e investimentos no capital de outras sociedades, como quotista ou acionista. **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.638/07), Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC., em especial os aplicáveis às PMEs e requeridos na NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. **3. Descrição das Principais Práticas Contábeis:** É prática da Companhia adotar critérios contábeis uniformes baseados na Legislação Societária Brasileira vigente, dos quais se destacam: **a)** O regime é o de competência na apropriação das receitas, custos e despesas operacionais. **b)** Classificam-se no Circulante os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis com vencimento no curso do exercício social subsequente. **c)** A depreciação do Imobilizado é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos bens, seguindo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária, tendo sido reconhecida neste período. **4. Caixa e Equivalente de Caixa - Descrição**

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e Bancos	2.920	3.776
Aplicações Financeiras	315.930	788.785
Total Geral	318.850	792.561

Partes Relacionadas

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Construtora Castilho S/A	106.560	292.046	106.560	32.386
Construtora Sanches Tripoloni Ltda	246.004	1.047.859	246.004	65.742
Construtora Toniolo Busnelo S/A	108.701	374.954	108.701	32.386
BGPAP S/A	88.296	32.386	88.296	32.386
291 - Participações S/A	-	-	-	514.153
Total	549.561	1.747.245	549.561	677.413

Os saldos apresentados, pendentes de regularização, entre Pessoas Jurídicas e Físicas ligadas, estão demonstrados por valores históricos na data de encerramento do Balanço Patrimonial, sem as respectivas retenções de IRF e IOF conforme legislação vigente e suportados por contratos de mútuo. **6. Investimentos - Descrição**

	31/12/2013	31/12/2012
Investimento 291	342.667	849.451
Ágio do Investimento 291	3.248.099	4.640.143
Valor Atualizado	3.590.766	5.489.594

O investimento na Sociedade 291 figura pelo valor contábil ajustado por equivalência patrimonial e representou no exercício de 2013, resultado positivo de R\$ 62.114,83 (sessenta e dois mil, cento e quatorze reais e oitenta e três centavos). No exercício de 2013 a Companhia efetuou amortização na conta de ágio sobre investimento da empresa investida "291 Participações S/A" no valor de R\$ 1.392.042,81 (um milhão, trezentos e noventa e dois mil e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos) representando 30% (trinta por cento) sobre o valor do ágio de R\$ 4.640.142,71 (quatro milhões, seiscentos e quarenta mil e cento e quarenta e dois reais e setenta e um centavos), objetivando adequar à estimativa de rentabilidade futura deste valor, conforme pronunciamento da NBC TG 1000, mencionados nos itens 18.4, 19.22, 19.23, e de 27.7 a 27.10. **7. Capital Social:** O Capital Social de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), é representado por 16.000.000 (dezesseis milhões) de ações ordinárias nominativas, e estão assim distribuídas:

	31/12/2013	31/12/2012
Capital Social	16.000.000	16.000.000
Construtora Castilho S/A	2.995.534	2.995.534
Construtora Sanches Tripoloni LTDA	7.013.388	7.013.388
Construtora Toniolo Busnelo S/A	2.995.534	2.995.534
BGPAP S/A	2.995.534	2.995.534
Outros	10	10
Total	16.000.000	16.000.000

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis valores e as informações contábeis divulgados. **c)** A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suloste Participações Rodoviárias S/A em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações, as Mutações do seu Patrimônio Líquido e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com a NBC TG 1000 aplicáveis às pequenas e médias empresas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 (seis), no exercício de 2013 a entidade efetuou sobre investimento da empresa investida "291 Participações S/A" avaliado por equivalência patrimonial, uma amortização na conta de ágio no valor de R\$ 1.392.042,81 (um milhão, tre-

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Valores em R\$

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Proveniente das Operações		
Resultado Líquido do Exercício	(1.589.216)	(3.933.590)
Ajustes do Resultado Líquido		
Depreciações e Amortizações	1.392.043	1.988.633
Equivalência Patrimonial	(62.115)	(8.452)
Resultado Líquido Ajustado	(259.288)	(1.953.409)
I - Das Atividades Operacionais		
(Aumento ou Redução nos Ativos Operacionais)	(58)	(1.050)
Impostos a Recuperar	(58)	(1.050)
Despesas Antecipadas	-	-
Aumento ou (Red.) nos Passivos Operacionais	(1.853.095)	1.854.390
Contas a Pagar	(1.846.530)	1.848.082
Obrigações Trabalhistas e Sociais	(6.015)	6.014
Obrigações Tributárias	(550)	294
Caixa Líq. Gerado Pelas Ativid. Operacionais	(2.112.441)	(100.069)
II - Das Atividades de Investimentos		
Débitos com Coligadas	1.069.831	-
291 Participações S/A	568.899	-
Caixa Líq. Gerado Pelas Ativid. de Investimentos	(473.711)	(100.069)
III - Das Atividades de Financiamentos		
Caixa Líq. Gerado Pelas Ativid. de Financiam.		
Caixa Líquido Gerado no Exercício	(473.711)	(100.069)
(+) Saldo Inicial das Disponibilidades	792.562	892.631
(=) Saldo Final das Disponibilidades	318.850	792.562

8. Tributação IRPJ e CSLL: A sociedade optou pela tributação de seus resultados com base no Lucro Presumido, apurando resultado tributável de conformidade com o estabelecido na legislação fiscal. **9. Contingências:** As Declarações de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e outros impostos e contribuições estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais durante os prazos prescricionais variáveis, e na opinião de seus dirigentes e advogados não há necessidade de constituir provisões de contingências. **10. Eventos Subsequentes:** As demonstrações contábeis são apresentadas no pressuposto da continuidade das operações e não correspondem eventuais ajustes que poderiam decorrer pelo encerramento de suas atividades. A Companhia não realiza atualmente atividades comerciais.

Diretoria

Marco Antonio Saporiti - Diretor Presidente
Eugênio Carlos Torres - Diretor Vice-Presidente
Vanderlei Carlin - Técnico de Contabilidade - CRC 1 SP 098794/O-8

zentos e noventa e dois mil, quarenta e dois reais e oitenta e um centavos) representando 30% (trinta por cento) sobre o valor do ágio de R\$ 4.640.142,71 (quatro milhões, seiscentos e quarenta mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e um centavos), objetivando adequar à expectativa de rentabilidade futura deste valor, conforme pronunciamento da NBC TG 1000, mencionados nos itens 18.4, 19.22, 19.23, e de 27.7 a 27.10. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentadas para fins de comparação foram anteriormente por nós examinadas, conforme parecer, sem ressalvas, emitido em 02 de abril de 2013. São Paulo, 22 de abril de 2014.

KSI Brasil Auditores Independentes
CRC 2 SP 018.460/O-1

Tethuo Ogassawara
Contador
CRC 1 SP 172.692/O-6